



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ARARAQUARA
FORO DE ARARAQUARA
6ª VARA CÍVEL
RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1006035-52.2017.8.26.0037**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Usucapião Conjugal**
 Requerente: **Cleia Mara Mucio Sano**
 Requerido: **Gabriel Mucio Sano e outro**

Juiz de Direito: Dr. **João Roberto Casali da Silva**

Vistos.

-

CLEIA MARA MUCIO SANO ajuizou ação de **USUCAPIÃO** de bem móvel contra **GABRIEL MUCIO SANO** e **ANABRISA MUCIO SANO**, alegando, em resumo, que há nove (9) anos detém a posse de um veículo caminhonete, marca GM, S10, placas DGI 1458, que pertencia ao seu falecido esposo, sr. Wilson Akira Sano, sem oposição dos demais herdeiros. Invocando a regra do artigo 1.260, do Código Civil, pleiteia a declaração de propriedade sobre o bem.

Os acionados foram citados e não apresentaram oposição.

Breve é o relatório.

DECIDO.

Julgo este processo no estado em que se encontra por não haver necessidade de produção de outras provas (artigo 355, I, do Código de Processo Civil).

Assim já se decidiu:

“O julgamento antecipado da lide, quando a questão proposta é exclusivamente de direito, não viola o princípio constitucional da ampla defesa e do contraditório” (Agravado de Instrumento 203.793-5-MG, em Agravo Regimental, Relator Ministro Maurício Correa, 2ª. Turma do Supremo Tribunal Federal, j.

1006035-52.2017.8.26.0037 - lauda 1



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ARARAQUARA
FORO DE ARARAQUARA
6ª VARA CÍVEL
RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

03.11.97, “in” Código de Processo Civil e legislação processual em vigor, Theotonio Negrão – 39ª edição – 2207 – Saraiva).

“O julgamento antecipado da lide, sobre questão exclusivamente de direito, não constitui cerceamento de defesa, se feito independentemente de prova testemunhal, protestada pelo réu” (RTJ. 84/25, op.cit).

Trata-se de ação na qual a autora, viúva, pleiteia o reconhecimento de usucapião de veículo pertencente ao seu falecido esposo.

O pedido inicial deve ser julgado improcedente, vez que manifesta a ausência de *animus domini*, requisito indispensável ao reconhecimento da usucapião.

Dispõe o artigo 1.784, do Código Civil:

"Aberta a sucessão, a herança transmite-se, desde logo, aos herdeiros legítimos e testamentários".

Por força do adotado princípio de *saisine*, em conformidade com nossa legislação civil, a herança transmite-se, como um todo, de modo imediato e indistintamente aos herdeiros. Nesse primeiro momento, tem esses a posse indireta, vez que a posse direta ficará a cargo de quem detém a posse de fato dos bens deixados pelo *de cujus*, independente da abertura de inventário.

E, como se sabe, a posse direta, como a exercida pela viúva quanto aos bens do espólio, não enseja usucapião, na diretriz do artigo 1.197, do Código Civil:

"A posse direta, de pessoa que a coisa em seu poder, temporariamente, em virtude de direito pessoal, ou real, não anula a indireta, de quem foi havido, podendo o possuidor direto defender sua posse contra o indireto".

É do escólio de Francisco Eduardo Loureiro:

"No que se refere à posse precária, é ela imprestável para usucapião não por ser injusta, mas por faltar ao possuidor animus domini já que reconhece a supremacia do direito do terceiro sobre a



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ARARAQUARA
FORO DE ARARAQUARA
6ª VARA CÍVEL
RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

coisa" (Código Civil Comentado – Doutrina e Jurisprudência, 6ª edição - Ed. Manole, 2012, p.1220).

Em precedente similar, ora invocado como razão de decidir, assim se estabeleceu:

"APELAÇÃO. USUCAPIÃO ESPECIAL URBANO. REQUISITOS. POSSE PRECÁRIA. NÃO DEMONSTRADA A INTERVESSIO POSSESSIONIS. CERCEAMENTO DE DEFESA NÃO VERIFICADO.

Cerceamento de defesa não verificado. Elementos constantes dos autos que seriam suficientes para conhecer a matéria e decidir o litígio.

A autora não exercer posse sobre o imóvel com ânimo de dono, porque a ocupação resulta de mero ato de tolerância dos proprietários tabulares, genitores do seu ex-cônjuge, aos quais estava subordinada a sua posse. A situação de assemelha à de comodato e a posse do comodatário não se qualifica para usucapião, porque viciada pela precariedade.

Ausentes a demonstração da intersetividade da natureza da posse. A autora não logrou êxito em demonstrar que, ignorando a supremacia do direito de propriedade das rés, passou a se comportar como se fosse dona do imóvel.

Sentença mantida. Recurso não provido" (Apelação 0054377-92.2011.8.26.0564, da 8ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, Relatora Desembargadora Clara Maria Araújo Xavier, j., 07.02.2018, v.u.).

Pertinente acrescentar que a autora sequer esclareceu qual seria o empecilho à regular partilha do bem, no juízo sucessório. De todo modo, afastada a existência da posse *animus domini*, impõe-se a improcedência do pedido inicial.

Isso posto **JULGO IMPROCEDENTE** esta ação movida por **CLEIA MARA MUCIO SANO** contra **GABRIEL MUCIO SANO e ANABRISA MUCIO SANO**, rejeitando o pedido inicial. Sem sucumbência. Eventuais custas em aberto, pela autora.

P.R.I.

Araraquara, 26 de setembro de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**